

MARGEAR: EXIGÊNCIAS ÉTICO-POLÍTICAS E CO-EMERGÊNCIAS METODOLÓGICAS PARA PENSAR COM OS TERRITÓRIOS¹

DANIELE CARON

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

daniele.caron@ufrgs.br

ANA CABRAL RODRIGUES

Universidade Federal Fluminense

acrodrigues@id.uff.br

RESUMO

A percepção de uma maior presença de saberes e atores até então elididos ou invisibilizados dos espaços centrais de produção do conhecimento exige uma análise capaz de reconhecer a diferença de conjuntura que se afigura no presente e, igualmente, aquilo que se evidencia como desafio para a práxis científica que se vê interrogada desde sua matriz colonial. Adentrando a problemática das políticas urbanas articuladas aos processos de subjetivação, e adotando uma perspectiva transdisciplinar e situada, este artigo busca focalizar os saberes sobre ou com as margens urbanas no contexto do que, recentemente, tem se chamado de giro periférico no planejamento urbano e em áreas correlatas. Objetivou-se problematizar aspectos epistemológicos da pesquisa urbana ante a persistente dicotomia centro-periferia, implicando na realização de dois gestos dentro de uma metodologia orientada pela montagem benjaminiana: uma reflexão teórica a partir de uma abordagem decolonial e contracolonial, para recolher exigências ético-políticas concernentes a uma mudança de posicionalidade da margem e do centro na realidade latino-americana; e o uso de imagens-lampejo construídas por processos de coemergência junto às ocupações urbanas com as quais desenvolvemos trabalhos de pesquisa e extensão. O que se conclui é a urgência de um deslocamento do sujeito pesquisador como testemunha das produções de cidade que se inscrevem à margem, bem como de uma disponibilidade e posicionalidade no pesquisar-fazer-pensar com os territórios, a qual nomeamos margear.

PALAVRAS-CHAVE: Margear; Margens Urbanas; Co-emergências; Processos de Subjetivação; Giro Periférico; Planejamento Urbano.

¹ O presente artigo foi escrito e aceito durante o período em que a Profa. Dra. Daniele Caron esteve como Professora Visitante no Exterior pelo edital CAPES PRINT/UFRGS com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, que coincide com o período de pós-doutoramento da Profa. Dra. Ana Cabral Rodrigues, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

**BORDERING: ETHICAL-POLITICAL
REQUIREMENTS AND METHODOLOGICAL
CO-EMERGENCIES FOR THINKING WITH THE
TERRITORIES**

ABSTRACT

The perception of a greater presence of forms of knowledge and actors hitherto suppressed or made invisible in the central spaces of knowledge production requires an analysis capable of recognizing the specificity of the present and, likewise, what rises as a challenge for scientific praxis that finds itself interrogated in respect to its colonial matrix. Entering the issue of urban policies and their link to subjectivation processes, while adopting a transdisciplinary and situated perspective, this article seeks to focus on knowledge about or with the urban margins in the context of what has recently been called in urban planning and correlated areas the peripheral turn. The objective is to problematize epistemological aspects of urban research in the face of the persistent center-periphery dichotomy. As an implication, two gestures within a methodology oriented by Walter Benjamin's montage are made: a theoretical reflection based on a decolonial and counter-colonial approach, in order to collect ethical-political requirements concerning a change of positionality of the margin and of the center in the Latin American reality; and the use of flash-images constructed by processes of co-emergence alongside urban occupations with which we develop research and extension work. What is concluded is the urgency of a displacement of the researching subject as a witness to city productions of the city that are inscribed on the margins, and of an availability and positionality in researching-doing-thinking with the territories, which we name bordering.

KEYWORDS: Bordering; Urban Margins; Peripheral Turn; Co-Emergencies; Subjectivation Processes; Urban Planning.

**BORDEAR: REQUISITOS ÉTICO-POLÍTICOS Y
COEMERGENCIAS METODOLÓGICAS PARA PENSAR
CON LOS TERRITORIOS**

RESUMEN

La percepción de una mayor presencia de conocimientos y actores hasta entonces suprimidos o invisibilizados en los espacios centrales de producción de conocimiento, requiere un análisis capaz de reconocer la diferencia de coyuntura que se presenta en la actualidad e, igualmente, lo que se pone en relieve como un desafío para la praxis científica interrogada desde su matriz colonial. A partir de la articulación entre políticas urbanas y procesos de subjetivación, y desde una perspectiva transdisciplinaria y situada, este artículo busca discutir el conocimiento sobre y con los márgenes urbanos en el contexto del denominado giro periférico en el planeamiento urbano y disciplinas relacionadas. El objetivo es problematizar aspectos epistemológicos de la investigación urbana frente a la persistente dicotomía centro-periferia, implicando en dos gestos dentro de una metodología guiada por el montaje de Walter Benjamin: una reflexión teórica desde un enfoque decolonial y contracolonial, para recolectar exigencias ético-políticas relativas a un intercambio de posicionalidad entre el margen y el centro en la realidad latinoamericana; y el uso de imágenes-centella construidas por procesos de coemergencia junto a ocupaciones urbanas con las cuales desarrollamos trabajos de investigación y extensión. Lo que se concluye es la urgencia de un desplazamiento del sujeto de investigación como testigo de las producciones de la ciudad que se inscriben en los márgenes, además de una disponibilidad y posicionalidad en el investigar-hacer-pensar con los territorios, lo que llamamos bordear.

PALABRAS CLAVE: Bordear; Márgenes Urbanos; Coemergencias; Procesos de Subjetivación; Giro Periférico; Planeamiento Urbano.

1 | INTRODUÇÃO

Por mais que seja reconhecido nas luzes dos holofotes que iluminam e adornam o sonho da felicidade prometida e exigida na imagem do mais novo empreendimento imobiliário, o capitalismo não é exatamente o outdoor. Ele é antes o amontoado de escombros e a força produtora de destroços que se avolumam sem cessar por detrás de toda sua parafernália onírica. É essa força que, feita de luzes, bala e trator, nina a casa grande (Evaristo, 2017) e os “comedores de terra”¹, e interrompe sonhos que sustentam o céu (Kopenawa; Albert, 2015). A quintessência de sua condição, em sua indelével relação colonialista, é esta: a invenção de seus avessos, despojos e rebotalhos, os quais são feitos e refeitos de modos de subjetivação que se interpõem à força desse empuxo que engolfa a tudo (Benjamin, 1996). A sustentação e ampliação desse empuxo não pode prescindir do amálgama entre a indesejável imagem desses restos e os corpos que, então, se mostram como entraves à sua (inexorável) direção.

A criação desse amálgama na composição dos espaços urbanos é uma produção em série e ininterrupta de tecnologias e saberes: a hierarquização e biologização da diferença na ideia inventada de raça; a binarização de gêneros que despolitiza as relações socioespaciais; o fluxo ininterrupto de discursos produtores da normalização dos corpos e suas sexualidades; a incansável construção da imagem da falta naqueles que devem ser tutelados e controlados. Naturaliza-se a derrota, identificam-se os derrotados, capilarizam-se

subjetividades; e, para o que ainda restar, tudo há de concorrer para as guerras travadas cotidianamente (Segato, 2022).

A cidade fundada na construção da ideia de Ocidente ora é efeito deste amálgama, ora é causa que também o engendra, perseguindo desde a modernidade a imagem do sorriso no outdoor, imagem sempre igual a si mesma, sob o ar da novidade, numa injunção, sem pausa, sem escansão, à satisfação, à fruição, ao gozo (Costa-Moura; Silva, 2012). Na história do pensamento social e urbano brasileiro e latino-americano, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, produziram-se políticas e discursos que apresentam aquilo que resta desse modelo como chagas, problemas sociais a serem sanados com um maior avanço da urbanidade, na expectativa de que um Brasil arcaico pudesse ser superado (Maricato, 2000).

Mas, como toda maquinaria (De Certeau, 1994), o capitalismo produz ruídos, fricções, engasgos que nos sinalizam a necessidade de acionar os saberes e tecnologias na direção do reconhecimento de que não são os corpos e vidas que não se encaixam em suas promessas os verdadeiros destroços deste regime aniquilador do capital. É na fala de Carolina Maria de Jesus, que reside uma pista: “Não digam que eu fui rebotalho, Que vivia à margem da vida. Digam que eu procurava por trabalho. Mas sempre fui preterida” (Jesus, 1960, s/p). A artista e mulher negra se apresenta: favelada, periférica; porém não rebotalho; e, assim como aqueles/as que hoje disputam o signo periferia e se dizem sujeitos/sujeitas periféricos (D’Andréa, 2020), sua voz amplifica os ruídos que colocam em risco tal

1 “urihi wapopë”, termo traduzido por Kopenawa e Albert (2015) como “comedores de terra, comedores de floresta”.

amálgama entre os rejeitos do pacto colonial-moderno-capitalista e as vidas que se veem para além dos contornos das fantasmagorias da cidade (Benjamin, 2007).

Vozes como as de Carolina nunca estiveram ausentes, tampouco estão aí para serem recolhidas desde um lugar que as objetiva; ao contrário, operam recusa e contragolpe ao longo projeto de descredibilidade, descartabilidade, subalternização de letramentos, gramáticas e formas de existência (Rufino, 2018). Implicadas nas complexas construções e lutas por outros mapas teóricos e epistemológicos, elas ganham hoje, para os centros de produção do conhecimento, um relevo e proeminência inegáveis.

Nos estudos urbanos, num cenário global, algumas formas de compreender as mudanças históricas mais recentes, tanto nas dinâmicas e configurações sociais das periferias urbanas quanto no que se entende por uma maior atenção à periferia da teoria (Ren, 2017), têm convergido para uma formulação analítica e propositiva da efetivação de um «giro periférico» (Ren, 2017; Bueno; Teixeira; Strecker, 2022). Se essa específica formulação – da qual não estamos nem perto de tirar todas as suas consequências – é recente, por outro lado, não é menos verdadeiro que os sentidos, fundamentos e tensionamentos que têm orientado o próprio entendimento de margem e centro (conceitos intrinsecamente aí implicados) não são novidades e têm amparado os lugares de onde os saberes científicos se propõem a protagonizar e narrar tais mudanças.

Na América Latina, na segunda metade do século XX, a ideia de marginalidade passa a configurar uma noção importante para tratar dos efeitos heterogêneos e desiguais

originados nos processos de industrialização e desenvolvimento que surgem depois da Segunda Guerra, diante do aparecimento de grandes núcleos de população vivendo em condições precárias nas periferias das cidades (Quijano, 1978). É na esteira da comparabilidade entre o que ocorria na Europa e na América Latina que se evidencia a necessidade de revisar a ideia de que o suposto atraso civilizatório dos países latino-americanos poderia ser resolvido com políticas de desenvolvimento, colocando-se em evidência aspectos estruturais que viriam a configurar uma certa disputa entre a teoria da modernização como vertente cultural e a teoria da dependência como vertente econômica-estrutural (Delfino, 2012).

A ideia de marginalidade surge sob o signo da falta e da precariedade, inicialmente vinculada a geografias periféricas, para mais tarde acolher também localidades situadas em espaços centrais que também apresentavam matizes de exclusão e vulnerabilidade social. Ainda assim, o marginal se constitui como dissenso e oposição daquilo que é central e civilizado, acionando uma perspectiva relacional. A perspectiva da marginalidade possibilitava abordar, entre outras questões, a problemática que resulta de modelos que se oferecem como resposta ou solução aos problemas do mundo contemporâneo, tanto em áreas centrais como periféricas, colocando em evidência a falta de participação de determinados grupos sociais nas esferas em que deveriam estar incluídos (Germani, 1980).

Se, para a teoria da modernização, a marginalidade é entendida como um estado, para a tradição marxista vinculada à teoria da dependência, é um processo

vinculado às leis de acumulação capitalista. O que nos interessa aqui é o deslocamento da problemática de uma esfera supostamente técnica de perseguição do progresso e desenvolvimento para uma perspectiva que se assumia política e que demandava romper com o imperialismo e com a burguesia nacional, dando a ver um sujeito histórico que poderia protagonizar uma transformação social (Delfino, 2012). Mais recentemente, Delgado e Benach (2022) comentam que a teoria da dependência pode ganhar outros matizes diante da ascensão do capitalismo neoliberal que faz aumentar a polarização espacial em todas as escalas geográficas: a evidência da interdependência visceral entre o centro e a margem aciona uma perspectiva relacional na qual coexistem conexões e responsabilidades entre os espaços.

Aproximando este debate das cidades brasileiras, Thais Rosa (2018) revisita teorias e contextos que constroem a dicotomia centro-periferia, apresentando a margem como perspectiva analítica que possibilita adentrar processos constitutivos de cidade, para assumir uma responsabilidade epistemológica e política que busca produzir conhecimento desde as margens. A razão de operar no sentido contrário das dicotomizações é que, na última década do século XX, as relações entre trabalho, cidade e política se transformam e colocam em evidência uma “ampliada e crescente zona de indiferenciação entre o lícito e o ilícito, o direito e o não-direito, entre o público e o privado, a norma e a exceção” (Rizek, 2003 *apud* Rosa, 2018, p. 182). Quando fala sobre a intensificação dos debates sobre favelas e periferias nas décadas de 1990 e 2000, Rosa (2018, p. 187)

problematiza a interpretação das margens como representação da ausência de direitos, cidadania, ordem e planejamento e aciona uma posicionalidade epistêmica que entende a margem como uma “zona móvel, continuamente redefinida, não fixa, elástica, em constante formação, evidenciando sua dimensão processual e relacional”.

A este debate agregamos o entendimento de que a produção desigual do espaço a partir do regime capitalista possui uma lógica colonial subjacente, que se relaciona com os aspectos culturais, econômicos e políticos e explica a situação de domínio e conflito permanente entre as centralidades e as margens urbanas. Essa dominação territorial e econômica produz assujeitamentos extremamente violentos pautados na raça e na etnia, oblitera usos e atividades que não servem ao regime do capital, explora a força de trabalho de grupos considerados menos relevantes, expropria recursos e aciona a imagem de espaços segregados e estigmatizados (Delgado; Benach, 2022).

O aspecto relacional entre centro e margem urbana, portanto, se fortalece na medida em que entendemos o modo como a invenção de um Outro, selvagem e incivilizado, tem expressão no espaço. Lefebvre, em 1972, já apontava que somente o uso e a produção do espaço poderiam explicar a sobrevivência do capitalismo ao longo do tempo e, ainda, que a colonização é aplicável a qualquer escala: “quando um espaço dominado é gerado e submetido por outro espaço dominante, quando há periferia e centro, há colonização” (Lefebvre, 2002, p. 95). A lógica colonial de opressão e submissão de um espaço a outro, aciona o entendimento de que as

margens urbanas possuem uma tripla funcionalidade para áreas centrais: definem seu valor (econômico, social, simbólico), acolhem usos e atividades consideradas inadequadas para o bem-estar social urbano e configuram uma fronteira física e simbólica que atua como barreira para que os espaços centrais não sejam contaminados por lógicas não capitalistas (Delgado; Benach, 2022). Ao mesmo tempo, estas mesmas margens, sobretudo quando analisadas desde uma ótica feminista interseccional e/ou decolonial, apresentam-se como espaços onde se agrupam forças, táticas e estratégias que não só escancaram a violência do regime capitalista, principalmente a posição do Estado, como constroem um tecido de relações comunitárias e solidárias pautadas por saberes deliberadamente ofuscados e reprimidos.

Em Porto Alegre/Brasil, à semelhança de diversas outras cidades latino-americanas, as duas últimas décadas da gestão pública municipal, cada vez mais voltadas à especulação imobiliária e aos grandes empreendimentos, atualizam o pacto moderno-colonial em ações que vão do campo legislativo ao executivo, incidindo diariamente na aniquilação dos modos de vida desencaixados neste regime. A produção da margem é possível tanto através da expulsão de tecidos sociais das áreas centrais para zonas periféricas – dando passagem a um tipo de cidade homogênea e globalizada –, como da produção de um discurso que a qualifica ainda como expurgo, apontando para a “vigência de um projeto de dominação nas dimensões do ser/saber/poder” (Rufino, 2018, p. 72).

Nesta perspectiva, desde o início de 2020, o Grupo de pesquisa, ensino e extensão *Margem_Laboratório de*

narrativas urbanas (Propur/UFRGS) desenvolve suas investigações por meio do projeto Narrativas à margem: a dimensão pública e comum da paisagem na cidade de Porto Alegre/RS, através de processos colaborativos extensionistas com ocupações urbanas que reivindicam o direito e acesso à cidade e às suas próprias existências. Essas ocupações² são aqui entendidas como movimentos de reposicionamento das margens urbanas, tanto no que concerne às suas geografias e territorialidades, como no confronto ao assujeitamento discursivo produzido pelo Estado, pelo mercado e também pela academia.

Compreendemos as margens urbanas contemporâneas (Caron *et al.*, 2020) no entrelaçamento de duas perspectivas: como espacialização das práticas do sistema-mundo capitalista que aciona a precarização e vulnerabilização de grandes contingentes populacionais em contextos urbanos; e como conjunto de modos de organização capazes de subverter os imperativos modernos pautados pela privatização da terra e da vida. A importância de tal temática para uma reflexão teórico-prática relacionada aos aspectos sociais, históricos, éticos e políticos das cidades na contemporaneidade reside no privilégio epistêmico que as margens oferecem sobre o centro (Tsing, 1993), manifestando sentidos de posições globais que fazem ver a obsolescência das dicotomias centro-

2 De 2020 a 2024 acompanhamos, em diferentes períodos, a Ocupação Ksa Rosa, Okupa Kalissa, Casa de Referência Mulheres Mirabal, Centro de Referência Indígena do RS e Casa do Estudante Indígena (CEI/UFRGS), cuja luta pelo direito à cidade e existência se dá em meio à ampliação da crise econômica, social e política que toca todas as esferas da vida no país.

periferia, formal-informal, legal-ilegal para os estudos urbanos na atualidade. Mais do que isso, a margem como perspectiva de análise dos estudos urbanos nos exige como planejadores e operadores do conhecimento uma revisão da posicionalidade (Haraway, 2009) e da coemergência com saberes situados. As margens urbanas e as exigências ético-políticas que convocam em termos epistêmicos e metodológicos configuram o objeto desta investigação no campo dos estudos urbanos.

2 | DOS OBJETIVOS E DOS GESTOS

Propomos aqui apontar para uma lógica colonial subjacente ao capitalismo que opera do ponto de vista econômico, cultural e político na configuração dos espaços centrais e periféricos (Delgado; Benach, 2023). Objetivamos também – distintamente de querer atestar ou não qualquer efetivação de um possível giro periférico – reconhecer que exigências ético-político-epistemológicas estão implicadas em um câmbio de posicionalidade da margem e do centro na realidade latino-americana, como deslocamento, ruptura ou recolocação do saber e de seus lugares de enunciação. O trabalho junto a uma perspectiva decolonial (Quijano, 1992; Segato, 2020; Kilomba, 2019) ou mesmo contracolonial (Santos, 2023) é fundamental para tal análise desde a produção de instrumentais conceituais, metodológicos e problematizações concernentes aos territórios com os quais construímos nossas práticas de pesquisa e extensão, colocando em evidência que “talvez não seja possível voltar atrás diante de algo que se nos apresenta, nos captura e reestrutura nosso modo de estar no mundo” (Segato, 2022, p. 210).

Assumindo tal inescapabilidade e apostando, como dirá Isabelle Stengers (2023), no “experimento do encontro”³ como forma de produzir ciência desde outras alianças que não aquelas que têm sido feitas e que ameaçam a própria possibilidade de vida nas cidades e no planeta, realizaremos, neste artigo, dois gestos:

O gesto de recolher exigências ético-políticas concernentes ao reconhecimento dos aspectos coloniais que desenham a relação margem-centro latino-americana. Isso nos conduz por uma revisão ontológica e epistêmica ao modo de um passo atrás para, então, caminhar conjuntamente na produção de um conhecimento situado. É desta revisão que partimos ao colocarmos uma certa política de atenção no foco de uma análise racializada e pela qual indagamos: de que atenção se fala quando somos convocados ao reposicionamento de nossos saberes, modos de produzir cidades e fazer pesquisa a partir das periferias? Sem o recolhimento de tais exigências compreendemos que, por mais que se convoquem complexas formulações do conceito de margem, dificilmente se abre mão de seguir tomando-as como um outro do discurso e objeto a ser perscrutado.

E, realizaremos também, o gesto de fazer uso de imagens-lampejo construídas nos encontros com ocupações incrustadas nos espaços mais centrais da cidade de Porto Alegre com as quais temos construído nossos campos de pesquisa e extensão.

Essas imagens operam como estratégia metodológica de instaurar campo, texto, corpo de pesquisa e re-dizer seus processos (Rodrigues; Tavares; Souza, 2022). O sentido de imagem é proposto através da estética do fragmento (Seligmann-Silva, 2003) como dispositivo narrativo de produzir visibilidades e dizibilidades para além das dualidades estanques parte/todo, particular/universal, local/global e daquela que tão visceralmente nos apela em nossas práticas: a de sujeito do conhecimento/objeto do conhecimento.

3 Segundo Stengers (2023, p. 17) “o experimento para os pesquisadores consiste em não estar no centro do encontro, aceitar serem situados por estes outros [e não apenas nos outros campos disciplinares], aprender com eles aquilo que negligenciam e eliminam, sem usar como proteção categorias como objetividade ou racionalidade”.

Desse segundo gesto, cabe-nos ressaltar que o uso proposto dessas imagens não se dá, portanto, como ato de exemplificarmos ou falarmos SOBRE esses coletivos e atores sociais. E sim como esforço de narrarmos artesanias do pesquisarCOM, conforme Moraes e Tsallis (2016) propõem, e do pensarCOM os territórios, em expertises compartilhadas, e que trazem indagações às posicionalidades e condições de possibilidade da construção do conhecimento e da garantia do direito à cidade e do direito à existência.

São imagens que emergem dos/nos fazeres ordinários conjuntos e que se tecem como pontos de constituição de um mínimo comum (Despret, 1999) muitas vezes provisório, evanescente. As próprias imagens-lampejo se mostram assim e dizem de instantes privilegiados. Esses que, em meio às urgências, ajeitos e desajeitos dos encontros, perpassam velozes. E mesmo que narrem histórias que ocorrem apenas uma vez, elas têm, por outro lado, a potência de compor com outras imagens, do modo a formar uma constelação, apontando chances e configurações analíticas insuspeitas. Sua condição fragmentária, como estilhaço de uma totalidade, tensiona com as fantasmagorias (Benjamin, 2007) da cidade do capital (Rolnik, 2015), abarrotada de si e de imagens que se querem totais. Nada mais avesso ao direito à cidade do que a impossibilidade de imaginarmos e fabularmos coletivamente cidades que não sejam elas mesmas violência (Harvey, 2013).

O que nos caberá será adentrar a instância e o instante das co-emergências de um pensar/fazer cidades; elas nos evidenciam a urgente necessidade de transformar um modo de produzir conhecimento que já não se sustenta na fixidez dos lugares ou nem mesmo da indagação de quem estuda quem (Tuxá, 2023). Dar lugar às co-emergências em nada diz respeito à destituição da singularidade do saber científico e, muito menos, da responsabilidade da academia na produção do conhecimento. Pois implicada nos processos coemergentes, colocam-se em jogo as relações de poder, privilégios, institucionalidades presentes nas políticas sociais e urbanas (coloniais, racistas, patriarcais, capacitistas) das quais elas próprias – a academia e a ciência – são também tecidas e, muitas vezes, signatárias. Compreendemos que assim se pode gerar um processo de ruptura do regime de autorização discursiva centralizado e estático, possibilitando conhecimentos e configurações urbanas pautados na diferença como potência de ressignificação junto e desde os territórios à margem.

Durante os anos do projeto de pesquisa e ações de extensão (2020-2024) temos aprendido a construir e a sustentar um sentido de margear (Caron, 2024, p. 224-225) através de exercícios da escuta como ato de disponibilidade, intervenção, composição e de abrir passagem àquilo que emerge em meio aos embates/entrelaçamentos de saberes científicos, populares, técnicos, políticos, originários, afro-diaspóricos e ancestrais junto às ocupações com as quais dialogamos. Em todas elas se vive e se luta cotidianamente por corpo, memória, cidade e território; e em recusa (Clastres, 2003) à lógica colonial que fundou e perdura a exploração e expropriação dos recursos sociais, como a mão de obra e as matrizes de conhecimento populares e ancestrais que esses mesmos corpos desenvolvem e têm carregado historicamente (dos Santos, 2021). É apenas por uma escuta conjunta que temos podido olhar para nossos lugares, em distanciamentos e pertencimentos, em relação a essas vidas e lutas que trazem experiências sempre entrelaçadas nos reiterados processos exploratórios, racistas e patriarcais na cidade de Porto Alegre, aos quais seus corpos são resistência.

Como autoras em co-labor deste escrito – mulheres, brancas, mães, professoras e pesquisadoras –, vemo-nos movidas pela responsabilidade de sermos testemunhas (Gagnebin, 1999) dessas vidas, saberes e lutas pela terra e pela existência. Mas, conforme Silva (2023, p.) indica: “Não [nos] é possível, principalmente como pessoas brancas, trabalhar o legado dessas matrizes, sem assumir a responsabilidade de evidenciar que esses conhecimentos sobreviveram e sobrevivem apesar da branquitude”.

3 | RECOLHER: EXIGÊNCIAS ÉTICO-POLÍTICAS DESDE AS MARGENS

Eu fui formado pela minha geração avó justamente pra fazer isso, pra tentar analisar o pensamento dos colonialistas, o saber dos colonialistas. Não no sentido de mudá-los, mas no sentido de não deixar que eles nos mudem. Analisar esse pensamento para elaborar nossa defesa, não para elaborar nossos ataques [...].

Nêgo Bispo em 2021 (Itaú Cultural, 2021).

Não nos demanda muito esforço reconhecer nas produções acadêmicas mais recentes dos estudos urbanos uma ampliação da presença e interesses nos saberes periféricos e das experiências cotidianas das vidas e corpos denegados da História e interditados dos centros de produção do conhecimento. Saberes, sujeitos e povos historicamente invisibilizados parecem ocupar cada vez mais espaço nos debates atuais e proeminentes, sugerindo uma mudança em curso, a que alguns autores têm chamado de giro periférico (Ren, 2021; Bueno; Teixeira; Strecker, 2022) – um movimento do conhecimento de maior atenção e interesse pelas periferias urbanas e periferias da teoria.

Há, diversamente, um esforço necessário e uma exigência ético-estético-político-epistemológica para que não se passe dessa constatação a uma leitura conservadora – nada ingênua – pela qual se pode permanecer preso ao espelho narcisista (Segato, 2022, p.87). Pois atribuir tal transformação a uma maior atenção da academia configura um equívoco; e essa falta de rigor é tanto instrumental quanto ética. Conferir primazia à atenção dispensada pela academia – que, então ou finalmente, estaria oferecendo lugar ao que hegemonicamente foi por ela mesma, ao longo de muitos anos, milimetricamente classificado, esquadrinhado e conceituado como desvio e anomalia⁴ – aponta na direção contrária ao giro efetivo que possa vir operando no pensamento e na ordem social. O equívoco está – ao focalizar numa mudança de disposição/postura das pesquisas – em

4 Um exemplo é o termo “aglomerado subnormal” difundido por anos pelo IBGE para referir-se à diversidade dos assentamentos irregulares existentes no país. Recentemente (2024), modificou-se essa nomenclatura: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais-para-favelas-e-comunidades-urbanas/>. As ocupações urbanas, comumente denominadas pelo Estado, pela mídia e pelo mercado como invasão, também poderiam formar parte desse gesto de desconstituir paisagens de vida em favor de paisagens da renda, como aponta, em diferentes obras, Raquel Rolnik.

corroborar com o entendimento de que tal estado ou capacidade de atenção é fruto de uma progressiva e paulatina conquista das vicissitudes da racionalidade do pensamento, a avançar seus constructos e a iluminar espíritos de boa vontade.

Afinal, realizar tal atribuição significa operar um movimento autorreferenciado que apenas faz reencontrar a superfície do espelho, de onde “o olhar atento para o outro não costuma diferir do da vigilância, da desconfiança e do controle”⁵. Pois, de algum modo, é sabido que uma mudança no lugar ou condição reservada a esse outro do discurso transforma a percepção sobre o centro, sobre os modos de produzir conhecimento e fazer ciência (D’Andrea, 2020, p. 34).

O empenho em focar nas periferias globais e urbanas ou nas relações que centro e periferia entretêm entre si nem sempre é o mesmo dispensado para se tomar como problema uma outra dimensão relacional. Aquela que diz da produção do liame que une e separa os lugares de observador e observado; do que enuncia o problema e daquele que costuma ser amalgamado a ele; de quem faz a pergunta e de quem deve oferecer informação para preencher lacunas e fazer avançar conhecimentos produzidos desde uma centralidade geopolítica, econômica e epistêmica.

Não por acaso alguns estudos apontam justamente para a necessidade de mais atenção às culturas periféricas, aos modos de vida que se modificam e que permitem “obter uma compreensão mais profunda da mudança social que envolve estas comunidades” (Ren, 2021). Algo que em absoluto é desprovido de importância no cerne de demandas concretas e pertinentes ao campo diante das complexas relações que operam nos/pelos territórios locais-globais. Porém, isso não nos escusa da responsabilidade das relações de poder concernente às pesquisas que, muitas vezes, se mostram inseparáveis da manutenção de lógicas coloniais que submete o outro a um escrutínio dentro de um “modelo ocidental como a única saída aos desafios do nosso tempo” (Amin, 1988, p. 8). Não raro, nem mesmo se tem instrumentais para reconhecer os tempos, letramentos e mundos diversos que coexistem nos territórios. Se essas indagações nos acompanham, são para oferecer subsídios no reconhecimento de quais práticas nas pesquisas de nosso campo, e suas transversalidades, compõem e acionam essas centralidades.

Cientes da extensa capacidade plástica da branquitude e do capitalismo, compreendemos que não se responde a outras demandas candentes com mera absorção de novos conteúdos ou mimetismos de teorias até então tomadas como marginais. Observamos em alguns estudos (Limulja, 2022; Tuxá, 2023; Rosa, 2018; Moraes; Tsallis, 2016; Silveira; Buti, 2020) que o que está candente são demandas urgentes por outras alianças, outras formas de dizer e sustentar quais são as mudanças em curso a serem pensadas; a partir de quais projetos societários que as leituras de mundo são feitas; e, portanto, que problemas a se formular. Estas outras alianças, antes de tudo, dizem sobre “aceitar o experimento do encontro” com protagonistas que respondem de modo distinto ao fazer-mundo (Stengers, 2023, p. 17) em meio à tragédia capitalista.

Como um movimento histórico para além do mito da democracia racial e de uma sociedade capacitista, as políticas afirmativas nas universidades públicas brasileiras são, inegavelmente, uma força que deveria despertar mais o interesse

⁵ Fala extraída a partir do diálogo com José Geraldo da Costa, Mestre Geraldinho, historiador, educador e mestre do Jongo di Volta (Volta Redonda/RJ/Brasil).

de pesquisas interessadas em reconhecer os sentidos da radicalidade de uma mudança em curso, e ampliar o entendimento de um giro como ruptura de um *modus operandi* do pensamento científico moderno. Pois, mesmo que ainda sejam demasiadamente precárias as condições de acesso e permanência a populações historicamente excluídas das universidades, a presença (intelectual, estética e política) de coletivos, estudantes e professores desde esse lugar, demarca a inescapabilidade de um trabalho conjunto por “condições políticas que di(gam) respeito à constituição de campos científicos, com a devida ênfase nos desafios de romper com os aspectos da cultura (ou *habitus*) [...] em voga nas universidades e entre os nossos pares” (Tuxá, 2023, p. 63). Aponta-se, assim, não para uma necessidade de atenção aos *habitus* e culturas desses outros, mas para o que mantém “de um lado, [...] um ‘nós’ irreflexivo e, de outro, um ‘eles’ compósito ‘alterizável’” (Tuxá, 2023, p. 63).

A “Outremização” (Morrison, 2017) – processo que quase invariavelmente hierarquiza as diferenças e as faz saltar por essencialismos⁶ – é a maquinaria de confirmar aquele que a opera como normal, e que está sempre no lugar certo, na mesma medida em que atribui à diferença uma estrangeiridade capaz de destituir a humanidade de determinados corpos e de fazer deste outro alguém/ algo sempre fora do lugar (Kilomba, 2019). No que toca diretamente às forças coloniais e de branquitude (Bento, 2022) da academia, confrontar os processos de Outremização implica, antes de tudo, no estilhaçamento da construção da imagem vaidosa da ciência; e igualmente no esforço de ruptura do sistema hierárquico desses processos, produtores do distanciamento, da subjugação e objetificação. O que significa colocar em risco os privilégios epistêmicos, políticos e ontológicos conferidos aos que se localizam na “zona do ser” (Fanon, 2008).

Morrison (2019) nos auxilia a pensar que um giro não passará de uma rotação em torno do próprio eixo se a visada mantém incólumes a própria maquinaria da produção desses lugares dentro de uma ordem político-epistêmica-colonial. E isso se faz tão mais evidente quanto se puder reconhecer que um «degradê da atenção» é uma prerrogativa do lugar de centro. Só a ele é facultada a possibilidade de estar mais ou menos atento a esse outro; e até mesmo deixar de estar. Por outro lado, os coletivos e atores sociais que se dizem por suas interseccionalidades nos atestam que jamais puderam estar desatentos. Nem a eles nem a seus antepassados foi permitido estarem alheios aos procedimentos, às maquinarias e maquinações dos coronéis, dos senhores de engenho, dos conquistadores; aos modos de calar e transformar em números e entulhos seus corpos; às técnicas e burocracias de labirintos impossíveis; aos tratores sobre laços e modos de morar; à lógica de conquistar e colonizar as almas, surrupiar os saberes, impossibilitar as línguas e letramentos; à privatização da experiência e à mercantilização da vida e dos territórios. O preço de tal distração sempre foi suas próprias vidas, suas memórias e daqueles que ainda estariam por nascer (Santos, 2020).

Entre a margem e o centro, a artista e intelectual Grada Kilomba (2019) situa-se junto aos saberes de corpos negros que precisaram, ao longo da experiência da ocidentalização do mundo, aprender a ver a realidade tanto “de fora para

6 Segato (2022, p. 236) ressalta a manobra colonial eurocêntrica – inapelavelmente racial – do essencialismo biológico.

dentro” quanto “de dentro para fora”. Dirá ela: “focamos nossa atenção tanto no centro como na margem, pois nossa sobrevivência depende dessa consciência” (Kilomba, 2019 p. 68).

Ressaltando o lugar de uma política de atenção desde as margens, a autora aponta para uma zona de passagem, um limiar (Gagnebin, 2010), uma instância feita de trânsitos – geográficos, políticos e epistêmicos –, tensões e movimentos ininterruptos entre o lugar a que se pertence ou que lhe foi imposto e o lugar que lhe é negado ou que só lhe é possível de modos estritos. Dessa forma, esses movimentos de passagens vão se mostrando eles mesmos como margem e como uma indagação à dicotomia centro/periferia que efetivamente só serve às centralidades. Kilomba oferece subsídios que recolhemos para um trabalho intelectual e ético que nos cabe.

Reconhecemos margem enquanto um *ethos* – um modo de habitar, de ser e indagar o tempo – e um caminho para, a cada vez, se adentrar a história como sujeito e não como objeto. Assim o dizem as mulheres em coletivos que disputam a palavra “periferia” desde seus corpos e territórios: “Nós, mulheres da periferia, estamos em todos os espaços. Ultrapassamos e destruímos fronteiras. Somos diáspora. Somos ponte em qualquer rio. Estamos em travessia, em movimento” (Manifesto, 2019, s/p.). Uma travessia pretérita que se atualiza nas estruturas de violência e nas marcas de resistência, pois o corpo negro, “ao se deslocar [...], suporta dois continentes de memória. Aqui ele teve que inventar sua própria história e ela passa pelo corpo, porque, além de ser guardião da memória, o corpo foi a matéria a ser utilizada e buscada” (Reis, 2020, p. 21)⁷.

Nas táticas dessas travessias entre a margem e o centro, têm-se produzido infiltrações na dinâmica dos territórios e igualmente nos saberes e conceitos que se mostram estanques, estáticos. Movimentos que, fortalecidos nos legados de outras cosmopercepções, espacialidades e temporalidades, aparecem na condição de resistência como força primeira. Assim o dizem as mulheres indígenas que entre cidades e florestas carregam as histórias e lutas de tempos imemoriais em seus corpos e em fundamentos comunitários como princípio e finalidade a serem resgatadas e inventadas (Paredes, 2020). Reconhecendo, com isso, suas forças e seus corpos em continuidades com o território, com a terra que guarda todo conhecimento e que guarda esses mesmos corpos, capazes de povoar a terra com outras vidas e passar esse conhecimento adiante (Luta, 2024). Assim o diz o gesto que, em reunião, traça lentamente os grafismos que vão burlando e se antepondo ao tempo ansioso dos pesquisadores, ao mesmo tempo que restaura a urgência de problemas, cujos caminhos, esperanças e dissoluções não são encontradas senão por esses traços que contam histórias ancestrais e por vir.

Muitas são as respostas possíveis às infiltrações que têm sido produzidas por esses corpos e saberes: o tamponamento, o rechaço, o cinismo, a apropriação, a empatia, o acolhimento... E apenas nessa última o protagonismo não está no centro. O “acolhimento” aqui não deve se confundir com um gesto complacente que manteria o protagonismo do ato naquele que acolhe. Acolher é antes um

7 Aqui o historiador Rodrigo Reis dirige-se ao pensamento de Beatriz Nascimento ao sustentar um sentido corporificado dos quilombos e aquilombamentos.

gesto de reconhecimento da existência de uma partilha, cuja “oferta” é feita por outrem. É a própria margem que é partilhada, com tudo o que ela carrega junto: o lastro da violência, as contradições, e igualmente a potência de se dizer para além do local, do anedótico, por onde, junto a outras territorialidades, “podemos imaginar perguntas que não poderiam ter sido imaginadas antes; perguntas que talvez não fossem feitas antes” (Kilomba, 2019).

Tsing (2019), em seus estudos sobre as ruínas do Antropoceno, focaliza o entrelaçamento local-global. Ela destaca a margem como um espaço de exclusão da ocidentalização por onde as centralidades podem ser questionadas. A margem é também uma borda indisciplinada, de onde se tem notícia de que o controle e a padronização monocultora da vida biológica e social, que quer manter a margem na marginalidade, têm limites e hiatos. Nesse espaço, o amontoado de diversidade e a heterogeneidade imprevisíveis continuam a se multiplicar e a se tornar visíveis como uma força.

A consistência de (se) reconhecer (n)a realidade do giro é estreita à capacidade de nossas pesquisas recolherem os efeitos do desassossego que têm tirado as coisas de lugar⁸ (Machado, 2022) e efetivamente desestabilizado modos de pensar. Pois qualquer enunciação de um giro não pode fazê-lo correlato ao movimento de uma valsa, uma concertação entre dois. O que há é um arrasto. Uma força que desloca e prolifera, ampliando as margens, infiltrando-se e multiplicando-se por heterogeneidades. Eis a força estético-política do ato de ocupar a cidade desde seus bairros urbanizados. Ato que advém como irrupção – tais como os cogumelos de que fala Tsing – de uma intrincada e múltipla rede de conexões que também se dizem ali, que também disputam um dizer-cidade (Araujo, *et al.* 2016) em meio à catástrofe (Benjamin, 1996).

O que isso demanda da pesquisa é um descentramento de protagonismos antes intocáveis, um movimento de disponibilidade às urgências, saberes e embates dos encontros que atestam ao mesmo tempo os limites e as potências de um pesquisar com. Consequentemente, trata-se de “estar em risco junto com”, uma convocação à *respons-hability* – como enfatiza Haraway (2023). O que significa efetivamente um caráter tateante por instrumentais inscritos em outros regimes de atenção: atenção forrageira (Tsing, 2019) que, distinta “dos modelos comuns, dividindo o mundo em ‘seu espaço’ e ‘meu espaço’” (Tsing, 2016, s/p), conduz-nos por delicados e potentes fios de histórias onde as vidas em suas alianças insurgem em fricções e florescimentos mútuos. Nisso está nosso esforço teórico-metodológico de margear.

8 Em referência ao título do livro de Dionísia Machado, mulher periférica, criadora da Casa da Sopa.

4 | MARGEAR: IMAGENS DE CO-EMERGÊNCIAS

É raro, mas às vezes acontecem, em uma pesquisa de campo, certos momentos que são como lampejos. Breves, ínfimos. Detalhes. Mas que se destacam do fluxo da experiência. E fazem com que a vida, o curso da pesquisa tomem um rumo decisivo.

Nastassja Martin em “A leste dos sonhos” (2023, p. 13).

Margem era como nomeávamos nossos interlocutores de pesquisa. A cidade racista e patriarcal era o centro, a qual nossa práxis reconhecia criticamente e a partir da qual entendíamos possíveis composições com os coletivos dos quais nos aproximávamos. Ainda que de algum modo percebêssemos, não tínhamos colocado efetivamente em jogo em nossos encontros que também pertencemos ao centro, e que o reconhecimento desse lugar mudaria completamente os caminhos a percorrer com a pesquisa. Eram os próprios limites que haveriam de nos movimentar e não aquilo que supúnhamos possível e superável. Desde o princípio, havia um desejo de uma pesquisa feita junto a essas margens – ainda que fossem incipientes nossos entendimentos sobre seus significados, especialmente enquanto saber dialogado e rasurado por esses mesmos encontros. Aproximamo-nos das diferentes ocupações com as quais fomos construindo um caminho de trabalho como pessoas que pesquisam juntas, como extensionistas, docentes, estudantes, mas também como militantes do direito à cidade. Ainda que farejássemos dificuldades no *front*, pois falamos desde a posição historicamente hierárquica do saber científico em relação aos demais saberes que povoam as ocupações urbanas, não tínhamos a dimensão da desconstrução epistêmica que deveríamos operar em nós mesmos.



Naquele dia, levamos uma câmera conosco. Depois de algumas conversas prévias sobre ações de pesquisa junto ao projeto de extensão que trabalhávamos conjuntamente com a ocupação urbana Kalissa, pactuamos uma prática narrativa em forma de roda de conversa, tendo como dispositivo uma pergunta geradora sobre a produção de comum e o direito à cidade para as pessoas que habitavam a ocupação. Entretanto, ao posicionarmos a câmera no tripé em uma das esquinas do pátio que fazia divisa com a calçada (com o objetivo de registrar a conversa e dispormos desse arquivo para futuras atividades com o coletivo), desencadeamos uma obstaculização da prática narrativa esperada fazendo emergir um diálogo inesperado. Isto é: o oposto de uma vinculação, de uma troca, de uma partilha, acionando tons acusatórios sobre a universidade como instituição branco-cêntrica e patriarcal com práticas invasivas nos grupos vulnerabilizados ou entendidos como margem.

A câmera funcionou como um dispositivo involuntário que se sobrepôs à pergunta geradora, trazendo novamente a necessidade de compreender as posicionalidades ativadas na interlocução de processos investigativos com a

margem. Efetivamente, as pactuações se dão em um processo de vinculação lento, onde se realiza uma troca de modos de estar/fazer mundo, onde quem pesquisa se permita responder perguntas, mais do que ser quem detém o lugar de fazê-las.



A neutralidade científica é uma falácia. Ela se desmonta quando a interpelação ao centro chega como uma lâmina afiada para quem não assume o legado histórico da branquitude. Tudo parece se mover sobre nossos pés, acostumados a pisar o chão firme do centro. Atentemos então para o entendimento de que as margens não são restos de um centro, como nos conta a antropóloga Anna Tsing (1993), mas os próprios lugares onde se manifestam os sentidos das posições globais. Se a margem é lugar de exclusão, ela também é lugar onde as estruturas, as categorias e os pressupostos do centro podem ser vistos com mais clareza por ocuparem este lugar de quase fora. A margem não é objeto local (Tsing, 1993) encerrado em si que exige identificação, classificação e caracterização; ela é a própria manifestação das intrusões de ordem global, perspectiva analítica que nos permite compreender o jogo de forças que compõe o centro, por isso seu privilégio epistêmico.

Roy (2011) situa também as margens urbanas como espaços periféricos vinculados ao centro, cujo desenvolvimento se dá em torno a situações emergenciais que os habilita à criação de alternativas de vida diferenciadas e experimentações políticas. Quando pensada a partir da lógica da colonização dos espaços, a margem urbana é onde se desenham outras estruturas, códigos simbólicos e diversas formas de resistência (Delgado; Benach, 2022) com as quais temos que operar a fim de compreender suas dinâmicas e estratégias. Sobre tudo se, como investigadoras, queremos compor suas formas de luta por direitos.

Se a margem é territorialidade movente que responde e se reinventa taticamente e cotidianamente em relação ao centro, margear opera por um desmoronamento da norma, do fixo. Exige que compareça a responsabilidade ética e histórica de quem pesquisa como centro, para a partir daí iniciar um deslocamento político que dê passagem a uma produção do conhecimento pautada no espaço-tempo da margem como berço de uma linguagem comum, que se faz a partir do encontro de saberes e da tessitura das alianças, nem dentro nem fora, mas “no vórtice caótico dos entremundos” (Bona, 2020, p. 69). Margear é uma aposta em formas de organização capazes também de acolher pesquisa, onde podem haver alianças tão improváveis como auspiciosas capazes “de sabotar a ordem humanitária e policial da assistência controlada” (Bona, 2020).



As frutas e pães que levamos estavam ali dispostos para partilharmos. Era o primeiro encontro com o coletivo da Casa do Estudante Indígena da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Um de nossos interlocutores da etnia Xokleng (2022) nos trouxe uma narrativa fundante sobre os processos dolorosos de colonização e apagamento das culturas dos povos originários no Brasil. E contou-nos sobre o modo de funcionamento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), instituído em 1910 pelo Decreto nº 8.072, que visava, acima de tudo, “pacificar e sedentarizar”

os povos indígenas, a fim de inseri-los na cultura ocidental e na lógica do trabalho assalariado. Nesse modo de funcionamento, o referido serviço operava com estratégias de atração das comunidades indígenas, utilizando, muitas vezes, a distribuição de alimentos.

A travessia pelo desconforto é um tipo de formação inescapável para quem pensa a pesquisa na perspectiva do engajamento e da colaboração. E foi exatamente nesse contexto de desconforto da branquitude que a discussão sobre o que poderíamos construir juntos se abriu.

Ao final desse encontro, nós nos preparávamos para concluir a conversa e nosso interlocutor propôs um reposicionamento ético-político para quem quer trabalhar com povos originários: segundo seu relato, os espíritos Xokleng são como sementes e, como tal, podem voar através do vento, e, quem sabe, cair em um corpo branco ocidentalizado. Foi ali, naquele encontro, que nosso interlocutor iniciou nosso acolhimento como parte de uma comunidade de luta pelo direito ao território, à memória e à ancestralidade dos povos originários em contexto urbano. É preciso compor esse sujeito coletivo “nós” diariamente em nossas ações de ensino, pesquisa e extensão através da implicação e do engajamento com as demandas urgentes destas comunidades.



A noção do outro e da própria margem na América Latina se edifica na interdição aos saberes, pautas estéticas, universo de subjetividade e autopercepção dos povos que aqui estavam antes da intrusão colonial. A assimetria entre pesquisador e interlocutor de territórios reconhecidos como margem é histórica. A pesquisadora indígena maori Linda Smith afirma que “a pesquisa tem sido o encontro entre o Ocidente e o Outro” (Smith, 2018, p. 19). O modo de estar com este outro da pesquisa tem sido pautado por uma vontade de decodificação dos aspectos que engendram seus modos de vida, situando-o em uma posição marginal que o desautoriza a fazer perguntas sobre o centro.

Isso também se refere ao papel do centro na constituição das margens urbanas. Ao invés de perguntar sobre a margem, deveríamos buscar, conforme Delgado e Benach (2022, p. 85), “impugnar a normalidade a fim de repolitizar as causas das desigualdades espaciais e sinalizar a responsabilidade dos espaços centrais em relação à criação das mesmas”, acionando o que Massey (2012) chama de “geografia da responsabilidade”.

Se a margem é encruzilhada de saberes que podem convocar comunidade, margear requer o contágio com epistemologias que acionam processos de compreensão urgentes sobre modos de fazer cidade, modos de fazer-mundo. Margear são forças em implicação. Nessa disputa desigual entre o outro e eu, é possível construir um “nós” sem que isso seja um lugar de resolução ou alisamento das diferenças? Para alçar-nos ao que Segato (2020, p. 11) chama “perspectiva teórica política que expõe as aspirações e valores próprios de um projeto histórico alternativo e disfuncional ao capital” (tradução nossa), é necessário construir uma posicionalidade em processos de pesquisa que autorize a este outro-margem a interpelar esse eu-centro. Quando busca, através de sua antropologia

por demanda, contribuir para o desenvolvimento de uma sensibilidade ética, a antropóloga faz uma provocação: não mais olhar o outro para conhecê-lo, senão conhecer a nós mesmos no olhar do outro.



Apresentar a oficina, um caminho de trabalho e a nós mesmos; esse era o fio. Na Oficina Multicultural dos povos da Casa do Estudante Indígena da nossa universidade, iniciamos contando um pouquinho sobre nosso processo de acompanhamento do coletivo na efetivação da moradia estudantil, sustentando a premissa de que a universidade é também território originário e, como tal, deve responder a processos de territorialização indígena capazes de inscrever suas epistemes e cosmologias no espaço universitário. O objetivo desse espaço de oficina é dar passagem ao processo de concepção/construção de um centro multicultural indígena na universidade, entendido como Casa Ancestral. Ao iniciarmos as apresentações na grande roda, nossa interlocutora da etnia Baré propôs que, ao invés de uma apresentação de si, apresentássemos uns aos outros, tecendo uma outra camada de vinculação para o grupo de trabalho daquela tarde. O conhecido momento de falar de si foi substituído por um contar do outro: o que sabemos, o que podemos reconhecer no outro, de que cuidados dispensamos para apresentar quem (des)conhecemos... Estendemos um primeiro fio de conversa que faz rede, que faz riso, que abre uma intimidade feita daquela tarde coletiva. Uma memória de sustentação da coemergência daquelas diferenças nos trabalhos que vierem a seguir.



Um movimento de reposicionamento da margem se manifesta na medida em que se afasta do espelhamento com o centro, para habitar o progresso como ruína (Tsing, 2019). Habitar as ruínas do antropoceno é recuperar agenciamentos que insistem na vida, em tessituras capazes de estabelecer novos contágios, novas colaborações que se dão na composição heterogênea do local/global que reside nas margens urbanas. A invenção, pois, de táticas colaborativas que nos impelem em direção a este outro-margem em uma atitude de correspondência (Ingold, 2015) abre passagem para uma polifonia que acolhe diferentes ritmos deste agenciamento (Tsing, 2019). Um exercício de “empatia radical”, como explica Valverde (2015), dedicado a olhar para nossa própria vulnerabilidade – centro – a partir da perspectiva desse outro – margem.

Se a noção da margem nos remete a uma diferença em devir, o margear nos empurra para um fluxo, um sombreado inquietante, ondas, amplitude e esgarçamento, inscrevendo um trabalho de coemergência com/no território. Ao compreender que as alianças nas margens urbanas são sempre instáveis em função do próprio movimento político de posicionalidades em disputa, acionamos a noção de coemergência como movimento de acompanhamento dos ritmos e temporalidades que animam a heterogeneidade da margem. Margear também nos exige atenção forrageira (Tsing, 2019), como forma de percebermos nos territórios suas composições, companheirismos produzidos, diferenças e a urgência das histórias a serem contadas.



Os tempos eram difíceis – pandemia –, as disponibilidades e os recursos eram escassos; mas uma abertura deu passagem àquelas histórias que ansiavam por se dizer. Durante a construção do curso de extensão “Corpo, Território, Memória e Ancestralidade: resistências da população indígena em contextos urbanos” com o Centro de Referência Indígena do RS (CRIA/RS), decidimos não restringir o número de inscrições em formulário online divulgado nas redes sociais, a fim de captar também como se daria o interesse pela temática. Entre outras informações, o formulário possuía uma pergunta aberta sobre as razões de interesse pelo curso. Para nossa surpresa, recebemos 193 narrativas que vieram de todas as regiões do território brasileiro. Os relatos compuseram uma cartografia que vai desde a vizinhança do centro, demarcando a importância desse movimento originário em um bairro violentamente afetado pelo processo de gentrificação, até estados do norte do país em diversas etnias, dando a ver o alcance, a força, a urgência e a multiplicidade dos processos de retomada do corpo-território dos povos originários e afro-diaspóricos. Decidimos ler cada uma delas. Decidimos lê-las em voz alta. Em uma grande roda, fizemos uma escuta conjunta de todas estas correspondências, fazendo comparecer ali nosso testemunho de que está em curso um processo improporável de recuperação da conexão corpo-terra para dar seguimento à nossa existência social, ambiental, urbana, territorial, planetária. A nós, desde o que a academia tem de força no laço social, cabe-nos participar de uma chancela social e fazer reverberar uma noção política de território pautada no reconhecimento do corpo como instância de luta e resistência sempre em movimento.



No campo dos estudos urbanos, desde as teorias sobre gentrificação e periferização nas grandes metrópoles, a margem é habitualmente descrita como espaços de reserva, espaços extremos, espaços cinzas (Benach; Tello, 2013; Yiftachel, 2009), os quais acumulam uma série de problemas sociais, ambientais e urbanos e cujo estigma justificaria sua eliminação. Ao pensarmos na margem na condição expectante ou, como diz o geógrafo Oren Yiftachel, espaços sob uma “temporalidade permanente”, novamente estamos olhando a margem a partir de um centro, cuja temporalidade se quer linear, cronológica, progressiva.

Não obstante, ao implicar-nos com a margem, ao construirmos modos e fazeres para pensarmos com essas territorialidades, seja em processos de produção da cidade seja em investigação, ensino e extensão, somos mobilizadas/os por outras premissas. A margem deixa de ser espaço transitório e a permanência ganha outros matizes. Já não vem da espera de um projeto de renovação urbana e sim de um corpo-território⁹ que faz política no agora a partir de sua ancestralidade.

É no fazer com as margens urbanas, onde deixamos um pouco de lado nossas insígnias acadêmicas para atuar em correspondência, que começam a emergir possibilidades de vínculo – nos quais é importante destacar a emergência de uma outra temporalidade, que nada tem a ver com o tempo linear e teleológico forjado na modernidade/colonialidade. É como diz Bona (2020, p. 36): “a dissidência sempre decorre de uma ruptura do continuum temporal”. É essa temporalidade que permite a emergência de uma luta ancestral e urgente e, ao mesmo tempo, de um modo de estar com a outra e o outro para contar histórias, para a troca de olhares, para a conversa desinteressada, para o cafezinho, para a fogueira. Esse

9 Para a aproximação com a ideia de corpo-território dialogamos com o pensamento de Lorena Cabnal, Julieta Paredes e Veronica Gago.

tempo curto do margear que dura, que faz ponte entre os saberes, que faz brotar modos de fazer-mundo próprios dos territórios marginais atravessados pelas dinâmicas do capital.

5 | CONSIDERAÇÕES

No decorrer deste artigo, buscamos situar e discutir as margens urbanas contemporâneas a fim de problematizarmos práticas e metodologias da pesquisa urbana ante as dicotomias centro-periferia. Para tanto, realizamos dois gestos: o recolhimento de exigências ético-políticas convocadas pela presença do giro decolonial e contracolonial concernentes à realidade latino-americana; e o uso de imagens-lampejo construídas por processos de coemergência junto às ocupações urbanas que demandam um deslocamento do sujeito pesquisador, no sentido de dar testemunho das fabulações de cidade que inscrevem a margem como invenção efetiva de possibilidades de um mundo porvir: mundos latentes, interrompidos ou inauditos.

Nos exercícios do encontro junto aos territórios, temos compreendido que compor um “nós” é uma tarefa sempre por se fazer em nossas ações de pesquisa, ensino e extensão. Não está dado e nem é visível o caminho a percorrer. Retomando a noção de margem, fomos percebendo, acima de tudo, o modo como nossos corpos compõem o centro durante a maior parte das interlocuções iniciais, e que as travessias pelo desconforto foram nos apresentando outros matizes que dizem que a margem é movente, emergente, insurgente, e que implica um esforço de implicação e engajamento com as demandas urgentes das comunidades.

As imagens que aqui comparecem como lampejos – esses instantes do oportuno e das co-emergências – dizem de uma política de partilha que não luta pela inclusão desses corpos desviantes neste sistema colonial e heteronormatizado, mas por uma mudança no próprio sistema, na ética do habitar a cidade. Um processo de abertura a modos de ser/fazer/existir na cidade pautados por uma ancestralidade composta da heterogeneidade, do reconhecimento de todos os seres como parte de um mesmo habitar (Ingold, 2015). O comum, desse modo, não está pautado por uma perspectiva de inclusão ou de equalização, mas de reconhecimento da diferença e da interdependência entre os seres e destes com o planeta.

Produzir comunidade como forma de produzir conhecimento: está nisso a aposta político-metodológica que temos aprendido desde as margens, de onde se faz indispensável dizê-la enquanto territórios de conhecimento, atualizando os modos investigativos do urbano em proposições menos hierárquicas e mais situadas. Nisso está reconhecer as margens urbanas em chave relacional com o centro, não como referente a ser seguido, mas como instância a ser perguntada e investigada, acionando uma “geografia da responsabilidade” (Massey 2012). Se as margens se sublevam de tanto em tanto tempo, não é porque estão hierarquicamente abaixo do centro, mas porque o centro, em uma atitude moralista, entende que ela “não deveria existir porque não cabe” (Delgado; Benach, 2022, p. 128). Nosso papel como planejadoras e operadoras do conhecimento que entendem a ancestralidade como

conjunto de saberes e práticas obliteradas pelo colonialismo, e como condição de possibilidade para o futuro, é prestar atenção ao urbanismo como máquina de guerra contra o conflito (Lefebvre, 1972; Delgado; Benach, 2022).

Na medida em que os gestos e imagens aqui apresentados não possuem qualquer intenção de se fazer modelo a ser seguido, resta-nos o estudo continuado sobre essas incidências em nossas práticas de pesquisa, ensino e extensão e a lembrança de um fazer pesquisa que deve inventar outros começos, outros modos de partilha e, sobretudo, aceitar ser perguntado.

Nêgo Bispo (Saron, 2020), do seu lugar de fala e autoridade ancestral, nomeia a academia como máquina produtora de mercadoria. O incômodo que isso nos causa, desde o lugar de educadoras, pesquisadoras e servidoras públicas, é inegável. Porém, compreendemos que à provocação não nos cabe responder com qualquer revide ou relativização apontando que haveria exceções. Escolhemos, antes, fazer deste texto parte do modo como hoje atestamos a partilha das violências e da urgência que com isso ele enuncia. E igualmente tomar sua interpelação como problema com o qual queremos caminhar e, mais uma vez, redizer nossas práticas e os estudos urbanos.■

Recebido em: 04-09-2024

Aceito em: 07-10-2024

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de *et al.* Caosgrafias cidade. Cadernos MetrÓpole, v. 18, n. 37, p. 899-920, set./dez. 2016
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Cia. das letras, 2022
- BONA, Dénètem Touam. *Cosmopoéticas do refúgio*. Florianópolis: Ed. Cultura e Barbárie, 2020.
- BUENO, Arthur; TEIXEIRA, Mariana; STRECKER, David. *De-centering global sociology: the peripheral turn in social theory and research*. Londres: Routledge, 2022.
- CARON, Daniele. Verbete Margear. In: ROCHA, Eduardo; BELTRAME, Thais (Org.). *Verbolário da Caminhografia Urbana*. Pelotas: Ed. Caseira, 2024, p.224-225.
- CARON, Daniele; ISOPPO, Rodrigo Schames; OLIVEIRA, Katia; PERSEU, Gianluca Mascali. Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum. *V!RUS*, n. 20, 2020.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- COSTA-MOURA, Fernanda; SILVA, Marcos.Eichler de Almeida. Do mundo fechado... ao desuniverso do discurso. In: SANTOS, Tania Coelho dos (Org.). *De que real se trata a clínica Psicanalítica?* Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2012, p. 271-294.
- D'ANDREA, Tiaraju Pablo. *A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. São Paulo: Dandara Editora, 2020.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. V. 1.
- DELFINO, Andrea. La noción de marginalidad en la teoría social latinoamericana: surgimento y actualidad. *Universitas humanística*, n. 74, p. 17-34, jul./dic. 2012.
- DELGADO, Manel; BENACH, Nuria. *Márgenes y umbrales: revuelta y desorden en la colonización capitalista del espacio*. Barcelona: Virus Editorial, 2022.
- DESPRET, Vinciane. *Ces émotions que nous fabriquent*. Paris: Lês empecheurs de penser en rond, 1999.
- EVARISTO, Conceição. “Não escrevemos para adormecer os da casa-grande”, diz Conceição Evaristo sobre escritoras negras [canal da TV Brasil no YouTube]. *YouTube*. 8 jun. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6pCq9E-d8_o. Acesso em jul. 2024.
- FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Entre a vida e a morte. In: OTTE, Georg *et al.* (Org.). *Limiares e passagem em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, p. 14.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. 1999.
- GERMANI, Ginno. *El concepto de marginalidad: significado, raíces históricas y cuestiones teóricas, con particular referencia a la marginalidad urbana*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1980.
- HARAWAY, Donna. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthluceno*. São Paulo: N-1 edições, 2023.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 2009.

HARVEY, David. A Liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia *et al.* (Org.). *Cidades rebeldes*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013, p. 27-34.

INGOLD, Tim. *Estar vivo. Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015.

ITAÚ CULTURAL. *Nêgo Bispo: vida, memória e aprendizado quilombola*. YouTube, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gLo9ZNdgJxw>. Acesso em: abr. 2024

JESUS, Maria Carolina de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1960.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza, 1972.

LEFEBVRE, Henri. *La survie du capitalisme: la reproduction de rapports de production*. Paris: Anthropos, 2002.

LUTA. *Corpo-território: a luta de mulheres indígenas pela preservação de terras e ancestralidade*. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/corpo-territorio-a-luta-de-mulheres-indigenas-pela-preservacao-de-terras-e-ancestralidade>. Acesso em: 1 ago. 2024.

MACHADO, Dionísia. *Dionísia mudou as coisas de lugar*. Viamão: Ed. Hortélias, 2022

MANIFESTO. *Manifesto Nós Mulheres das Periferias*. [S.l.]: [S.n.], [2019]. Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/manifesto>. Acesso em: 1 dez. 2024.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em perspectiva*, v. 14, n. 4, p. 22-33, 2000.

MARTIN, Nastassja. *A leste dos sonhos*. São Paulo: Editora 34, 2023.

MASSEY, Doreen. Espacio, tiempo y responsabilidad política en una era de desigualdad global. In: ALBET, Abel., BENACH, Núria (Org.). *Doreen Massey: un sentido global del lugar*. Barcelona: Icaria, 2012. p. 197-214.

MORAES, Marcia; TSALLIS, Alexandra. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. *Revista Polis Psique*, v. 6, n. 1, p. 39-51, jan. 2016.

MORRISON, Toni. *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*. São Paulo: Cia. das letras, 2019.

PAREDES, Julieta. Ativista boliviana Julieta Paredes fala sobre feminismo comunitário. *A pública*. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes>. Acesso em: 1 dez. 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONILLA, Heraclio (Org.). *Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Quito: Tercer Mundo, 1992, p. 437-447.

QUIJANO, Anibal. Notas sobre o conceito de marginalidade. In: PEREIRA, Luiz (Org.). *Populações marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 13-71.

REIS, Rodrigo Ferreira dos. *Beatriz Nascimento vive entre nós: pensamentos, narrativas e a emancipação do ser (anos 70/90)*. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

- REN, Xuefei. The peripheral turn in global urban studies: theory, evidence, sites, *South Asia Multidisciplinary Academic Journal*, v. 26, p. 1-8, 2021.
- RODRIGUES, Ana Cabral; TAVARES, Alice; SOUZA, Eliana. Recordar o presente: memória em ensaios renitentes. In: MONTEIRO, Ana Claudia Lima (Org.). *Processos psicológicos: perspectivas situadas*. Niterói: EdUFF, 2020, p. 75-109.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROSA, Thaís Troncon. Pensar por margens. In: JACQUES, Paola. Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (Org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- ROY, Ananya. Slumdog cities. Rethinking subaltern urbanism. *International Journal of Urbanism and Regional Research*, v. 35, n. 2, p. 223-238, 2011.
- RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas. *Periferia*, v. 10, n. 1, p. 71-88, abr. 2018.
- SANTOS, Antonio Bispo dos. ITAÚ CULTURAL. Nêgo Bispo: vida, memória e aprendizado quilombola. YouTube, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gLo9ZNdgJxw>. Acesso em: abr. 2024
- SANTOS, Antonio. Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- SEGATO, Rita. *Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- SEGATO, Rita. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos. Y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo, 2020.
- SELIGMANN-SILVA, Marcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2003.
- SMITH, Linda. *Descolonizando metodologias: pesquisas e povos indígenas*. Curitiba: Editora UFPR, 2018.
- STENGERS, Isabelle. *Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.
- TSING, Anna. *In the realm of the diamond queen: marginality in an out-of-the-way place*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.
- TSING, Anna. *Margens Insubordinadas: cogumelos como espécies companheiras*. *Noosfera*, 22 jun. 2016.
- TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Brasília: Ed. IEB Mil Folhas, 2019.
- TUXÁ, Felipe. Antropologias indígenas e a questão da posicionalidade. *Anuário Antropológico*, v. 48 n. 1, p. 61-66, jan./abr. 2023.